

➤ **EDUCAÇÃO**

18. PROGRAMA MUNICIPAL DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR 2022/2023:

Do **Departamento da Educação**, submete-se à consideração do Executivo Municipal, a proposta do Programa Municipal de Enriquecimento Curricular 2022/2023, cuja implementação envolve o montante de **841.000,00€** a cargo do Município de Braga, conforme documento em anexo.

PROPOSTA A EXECUTIVO MUNICIPAL

ASSUNTO: 2022/2023 Programa Municipal de Enriquecimento Curricular

O Programa Municipal de Enriquecimento Curricular enquadra-se numa estratégia alargada de promoção do sucesso educativo e de qualificação dos tempos de permanência das crianças nas escolas, promovendo uma estreita articulação entre o funcionamento da escola e a organização de respostas sociais no domínio de apoio à família.

Considerando:

- a) a Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais, nomeadamente nº3 da alínea b) do artigo 11º, Capítulo II, Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, em vigência desde 01 de abril de 2022 no que respeita à Educação no Município de Braga;
- b) o Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, diploma que concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da educação e que revogou expressamente através do seu artigo 70º, o Decreto-Lei nº 144/2008, de 28 de julho;
- c) o artigo 39º, alínea c) do DL 21/2019, de 12 de agosto – “Escola a Tempo Inteiro - Compete às câmaras municipais promover e implementar medidas de apoio à família e que garantam uma escola a tempo inteiro, designadamente: Atividades de enriquecimento curricular no 1.º ciclo do ensino básico, de caráter facultativo e de natureza eminentemente lúdica, formativa e cultural que incidam, nomeadamente, nos domínios desportivo, artístico, científico e tecnológico, de ligação da escola com o meio, de solidariedade e de voluntariado e da dimensão europeia da educação.”;
- d) o artigo 40º, nº 2 do DL 21/2019, de 12 de agosto – “Organização e funcionamento - A supervisão pedagógica e a avaliação ... atividades de enriquecimento curricular cabe ao conselho pedagógico de cada agrupamento de escolas ou escola não agrupada.”.

Assim,

- a) considerando a necessidade do Município de Braga, enquanto entidade promotora, dar continuidade ao modelo de implementação do Enriquecimento Curricular

adotado no quadriénio letivo 2018/2022, tendo em consideração a avaliação efetuada pela Direção dos Agrupamentos de Escolas e Escola Não Agrupada, Conservatório de Música Calouste Gulbenkian de Braga;

b) atendendo ao artigo 41º do DL 21/2019, de 12 de agosto, o qual remete para decreto-lei próprio, Portaria nº 644-A/2015, de 24 de agosto, institui o respetivo regime específico aplicável aos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico, que define as regras a observar:

- organização, funcionamento e oferta das atividades de enriquecimento curricular (AEC), artigo 1º,
- nos termos do artigo 15º, alínea b), as autarquias locais, enquanto entidades promotoras das AEC,
- possibilidade das entidades promotoras poderem constituir parcerias com outras entidades públicas e privadas, com ou sem fins lucrativos, para a concretização das AEC, artigo 14º,

nos termos do artigo 15º da Portaria nº 644-A/2015, de 24 de agosto, as autarquias locais, enquanto entidades promotoras das atividades de enriquecimento curricular (AEC), estabelecem Protocolos de Colaboração Tripartidos com os respetivos Agrupamentos de Escolas e Entidades Executoras.

Face ao exposto, e no pressuposto do prévio cumprimento do disposto na Portaria nº 644-A/2015, de 24 de agosto, conjugada com o Decreto-Lei nº 55/2018, de 6 de julho, a implementação do Programa Municipal de Enriquecimento Curricular, para o ano letivo de 2022/2023, envolve:

5 800 alunos do 1º CEB, da rede pública do concelho de Braga

63 estabelecimentos de ensino do 1º CEB da rede pública englobados em 12 Agrupamentos de Escolas:

- Agrupamento de Escolas Alberto Sampaio
- Agrupamento de Escolas André Soares
- Agrupamento de Escolas Braga Oeste
- Agrupamento de Escolas Carlos Amarante
- Agrupamento de Escolas Celeirós
- Agrupamento de Escolas D. Maria II

- Agrupamento de Escolas Dr. Francisco Sanches
- Agrupamento de Escolas Maximinos
- Agrupamento de Escolas Mosteiro e Cávado
- Agrupamento de Escolas Real
- Agrupamento de Escolas Sá de Miranda
- Agrupamento de Escolas Trigal Santa Maria
- Escola Não Agrupada - Conservatório de Música Calouste Gulbenkian, Braga;

8 Entidades Parceiras (executoras Programa de Enriquecimento Curricular):

- Associação Centro Social e Cultural de Ferreiros
- Associação Social e Cultural de Sobreposta
- Associação Tempos Brilhantes
- Casa Povo de Este
- CEA – Cooperativa de Ensino Artístico
- Cooperativa de Solidariedade Social Múltipla Escolha, C.R.L.
- EduClick Eventos Educativos, Lda
- EPLURAL – Cooperativa de Educação Não Formal, CRL.

De acordo com a legislação em vigor, as atividades de enriquecimento curricular (AEC), de caráter facultativo e de natureza eminentemente lúdica, formativa e cultural, incidem nos domínios desportivo, artístico, científico e tecnológico, de ligação da escola com o meio e de dimensão europeia na educação, pelo que a sua frequência é gratuita e facultativa, sendo deliberado em sede de Conselho Geral do Agrupamento de Escolas e Escola Não Agrupada os domínios de oferta das AEC, as respetivas durações diária e semanal, mediante parecer do Conselho Pedagógico e auscultação da Entidade Promotora.

Mais se informa que:

- a implementação do Programa Municipal de Enriquecimento Curricular para o ano letivo 2022/2023 envolve a realização de despesa a cargo do Município de Braga no montante **841 000, 00 €** (oitocentos quarenta e um mil euros);

- a despesa, tem enquadramento orçamental em 2022 e 2023 na Orgânica 03 Rúbrica Económica 040701, com o cabimento sequencial número 70945, que se anexa;
- o investimento global subdivide-se em 10 (dez) tranches de pagamento mensal às Entidades Executoras.

Município de Braga, 19 de julho de 2022

A Vereadora de Educação, Inovação e Coesão Social

Carla Sepúlveda, (D^{fa.})

Nº Informação: 47087

Data: 19/07/2022

Assunto: Programa Municipal de Enriquecimento Curricular 2022/2023

O Programa Municipal de Enriquecimento Curricular enquadra-se numa estratégia alargada de promoção do sucesso educativo e de valorização da *Escola a Tempo Inteiro*, promovendo atividades relevantes para a formação integral e enriquecedora do currículo dos alunos, através da dinamização dos tempos não letivos em articulação com as necessidades das famílias.

Atente-se à Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais, nomeadamente nº3 da alínea b) do artigo 11º, Capítulo II, Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, em vigência desde 01 de abril de 2022 no que respeita à Educação no Município de Braga, conjugado com o Decreto-Lei nº 21/2019, de 30 de janeiro, diploma que concretiza o quadro de transferência de competências domínio da educação e ainda o artigo 39º, alínea c) do DL 21/2019, de 12 de agosto onde se sistematiza o conceito de *Escola a Tempo Inteiro (...)* *Compete às câmaras municipais promover e implementar medidas de apoio à família e que garantam uma escola a tempo inteiro, designadamente: Atividades de enriquecimento curricular no 1.º ciclo do ensino básico, de caráter facultativo e de natureza eminentemente lúdica, formativa e cultural que incidam, nomeadamente, nos domínios desportivo, artístico, científico e tecnológico, de ligação da escola com o meio, de solidariedade e de voluntariado e da dimensão europeia da educação.(...)*

No sentido de cumprir os desideratos considerados acima, o Município de Braga implementa o Programa de Enriquecimento Curricular no presente modelo desde o ano letivo 2018/2019.

Compete-lhe por isso e atendendo ao artigo 41º do DL 21/2019, de 12 de agosto, dar cumprimento ao disposto na Portaria nº 644-A/2015, de 24 de agosto, que institui o regime específico aplicável aos estabelecimentos públicos do 1º ciclo do ensino básico, que define as regras quanto à organização, funcionamento e oferta das atividades de enriquecimento curricular (AEC) estabelecendo Protocolos de Colaboração com os Agrupamentos de Escolas e Entidades Parceiras dos diferentes territórios educativos.

Concretizando, para o ano letivo de 2022/2023, estima-se o envolvimento de 5 800 alunos do 1º CEB, da rede pública do concelho de Braga. Na totalidade dos estabelecimentos que acolhem o 1º CEB da rede pública, contando com 63 estabelecimentos de ensino, distribuídos pelos 12 Agrupamentos de Escolas e Conservatório de Música Calouste Gulbenkian.

De referir que se associam ao Programa 8 entidades parceiras, selecionadas pela Direção dos Agrupamentos de Escolas e Escola Não Agrupada, a saber:

- Associação Centro Social e Cultural de Ferreiros;
- Associação Social e Cultural de Sobreposta;
- Associação Tempos Brilhantes;

- Casa Povo de Este;
- CEA – Cooperativa de Ensino Artístico, CRL;
- Cooperativa de Solidariedade Social Múltipla Escolha, C.R.L.;
- EduClick Eventos Educativos, Lda;
- EPLURAL – Cooperativa de Educação Não Formal, CRL.

Contamos com uma oferta diversificada de atividades de enriquecimento curricular (AEC), de caráter facultativo e de natureza eminentemente lúdica, formativa e cultural, nos domínios desportivo, artístico, científico e tecnológico, de ligação da escola com o meio, sendo deliberada em sede de Conselho Geral do Agrupamento de Escolas e Escola Não Agrupada mediante parecer do Conselho Pedagógico e auscultação da Entidade Promotora, a respetiva carga horária e afetação semanal.

Por último, dar nota que o investimento global anual do Programa para o próximo ano letivo importa num valor de €841.000,00 (oitocentos quarenta e um mil euros)

Município de Braga, 19 de julho de 2022

PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO

Entre:

O **Município de Braga**, adiante designada por «Entidade Promotora», pessoa coletiva n.º 506 901 173, com sede em Praça Municipal, 4700-435 Braga, no presente ato representado pelo seu presidente, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio,

O **Agrupamento de Escolas** _____, adiante designado por «Agrupamento», com sede em _____, 0000-000 _____, pessoa coletiva de direito público NIPC _____, no presente ato representado pelo(a) Diretor(a), _____.

E

A/O _____, adiante designada por «Entidade Parceira», pessoa coletiva n.º _____, com sede em _____, 0000-0000 _____, no presente ato representada pelo seu presidente/diretor(a) _____.

É celebrado um protocolo de colaboração, adiante designado por “Protocolo”, que é integrado pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1.ª

(Objeto)

1. O presente Protocolo regula a parceria entre a Entidade Promotora, o Agrupamento de Escolas e a Entidade Parceira, com o objetivo de implementar as Atividades de Enriquecimento Curricular, adiante designado “AEC”, de acordo com a Portaria n.º 644-A/2015 (2.ª série) de 24 de agosto, nas seguintes escolas básicas do 1º ciclo do ensino básico pertencentes ao Agrupamento:

EB de _____

EB de _____

EB de _____

EB de _____

(a listar todas as Escolas do 1ºCEB envolvidas)

2. As AEC e a respetiva duração semanal a que se refere o número anterior são as seguintes:

Domínio	Designação da AEC	Duração semanal (em minutos)

3. As AEC são oferecidas ao seguinte número de alunos, por ano de escolaridade, nelas inscritos em cada uma das escolas:

EB1 de _____

Designação da AEC	Ano de escolaridade	N.º de alunos

(Copiar tantas vezes quantas as escolas existentes)

4. As AEC têm lugar nos seguintes locais:

Estabelecimento de ensino	Designação da AEC	Local de funcionamento

(Listar todas as escolas envolvidas e todos os espaços utilizados)

5. Número de horas necessários por atividade e estabelecimento de ensino:

Estabelecimento de ensino	Designação da AEC	N.º total de horas (hora = 60 minutos)

Cláusula 2.ª

(Princípios Orientadores)

As AEC desenvolvem-se de acordo com os objetivos definidos no Projeto Educativo do Agrupamento de Escolas, atendendo ao contexto da escola, com o objetivo de atingir o equilíbrio entre os interesses dos alunos, a formação e perfil dos profissionais que as asseguram e os recursos materiais e imateriais de cada território, e constam do Plano Anual de Atividades.

Cláusula 3.ª

(Direitos e Responsabilidades)

1. A Entidade Promotora compromete-se a:

- a) Implementar as AEC em parceria com o Agrupamento e com a Entidade Parceira de acordo com a planificação aprovada pelo Conselho Geral sob proposta do Conselho Pedagógico;
- b) Garantir a existência dos recursos humanos, materiais (material didático e de desgaste) e de espaços necessários ao desenvolvimento das AEC, assegurando a boa prestação das mesmas e a existência das adequadas condições de funcionamento e segurança das instalações;
- c) Envolver o Agrupamento no processo de seleção dos profissionais a afetar a cada AEC;
- d) Definir os horários e a organização das atividades em parceria com o Agrupamento, no cumprimento das decisões do Conselho Geral;

2. O Agrupamento de Escolas compromete-se a:

- a) Desenvolver e coordenar as AEC em parceria com a Entidade Promotora e com a Entidade Parceira, de acordo com a planificação aprovada pelo Conselho Geral sob proposta do Conselho Pedagógico;

- b) Partilhar os recursos humanos, técnico-pedagógicos (nomeadamente, material didático e equipamentos) e de espaços existentes no conjunto de escolas do agrupamento;
- c) Participar no processo de seleção dos profissionais a afetar a cada AEC;
- d) Afetar os recursos docentes de carreira para a realização de uma ou mais AEC, de acordo com o disposto no nº 2, do artigo 16º da portaria nº 644-A/2015, de 24 de agosto;
- e) Definir os horários e a organização das atividades em parceria com a Entidade Promotora e com a Entidade Parceira;
- f) Assegurar a supervisão pedagógica e o acompanhamento da execução das AEC, tendo em vista garantir a sua qualidade e a articulação com as atividades curriculares, nomeadamente:
 - Promovendo a integração das AEC no Projeto Educativo do Agrupamento;
 - Envolvendo os professores titulares de turma no planeamento e acompanhamento da execução das atividades e na sua supervisão pedagógica;
 - Criando mecanismos de comunicação e articulação entre os professores titulares de turma e os técnicos/profissionais das AEC e entre estes e os Departamentos Curriculares;
 - Acionando o Seguro Escolar, nos termos legais, caso ocorra algum incidente no âmbito das AEC, bem como nos trajetos para e de volta das atividades e em atividades realizadas fora das instalações escolares.

3. A Entidade Parceira compromete-se a:

- a) Implementar as AEC em parceria com o Agrupamento e com a Entidade Promotora, de acordo com a planificação aprovada pelo Conselho Geral sob proposta do Conselho Pedagógico;
- b) Garantir a existência dos recursos humanos, materiais (material didático e de desgaste) e de espaços necessários ao desenvolvimento das AEC, assegurando a boa prestação das mesmas e a existência das adequadas condições de funcionamento e segurança das instalações;
- c) Envolver o Agrupamento e a Entidade Promotora no processo de seleção dos profissionais a afetar a cada AEC;
- d) Definir os horários e a organização das atividades em parceria com o Agrupamento e com a Entidade Promotora, no cumprimento das decisões do Conselho Geral;
- e) Em contexto extraordinário que implique o afastamento das aulas presenciais, assegurar as atividades de forma assíncrona e síncrona, adequando as metodologias adotadas incluindo a replanificação, produção e efetivação de instrumentos diversificados, de acordo com os interesses dos Agrupamentos Escolas.

Cláusula 4.ª

(Entrada em Vigor e Duração)

O presente Protocolo entra em vigor a partir da data da sua assinatura e vigorará até ao término das atividades letivas.

Cláusula 5.ª

(Revisão do Protocolo)

O presente Protocolo deverá ser revisto sempre que ocorram motivos que o justifiquem, nomeadamente quando:

- ocorrer alteração dos pressupostos ou das condições em que se baseou a sua celebração;
- a revisão seja indispensável para adequar o Protocolo aos objetivos prosseguidos;
- em qualquer outro caso, sempre que haja consenso entre as Partes.

Quaisquer alterações ao presente Protocolo constarão de aditamentos propostos e celebrados pelas partes, sempre que o julguem conveniente para a modificação ou adequação às exigências das AEC e da parceria.

Cláusula 6.ª

(Cessação do Protocolo)

O presente Protocolo pode ser denunciado, por escrito, por qualquer uma das partes com a antecedência mínima de 90 (noventa) dias relativamente ao termo do prazo, desde que da mesma não decorra a suspensão ou inviabilização das atividades em curso.

O Protocolo pode cessar, a todo o tempo, se os outorgantes, por exclusivo e de comum acordo, o decidirem expressamente, ou se se vierem a alterar as condições em que se baseou a sua celebração.

_____, ____ de _____ de 2022

A Entidade Parceira

O Presidente

O Agrupamento de Escolas

O/A Diretor/a

A Entidade Parceira

()